

Ainda a tarometria

O tarô é um jogo de 22 cartas figuradas que representam situações humanas através das quais a pitonisa desvenda o futuro do seu angustiado cliente. O futuro não está presente, mas a profetisa usa sua astúcia psicológica interpretando convenientemente e subjetivamente os símbolos para tranquilizar o desesperado que quer conhecê-lo antes de vivê-lo. Como nos filmes de Hollywood, no final da consulta, o bem sempre vence o mal. Não se tem notícia de alguém que tenha saído do tarô e se suicidado. Como registra o "Dicionário do Diabo" (Ambrose Bierce, Dover Edition, 1993, pág. 41), o futuro é o período no qual nossos negócios prosperam, nossos amigos são fiéis e nossa felicidade está assegurada...

O sr. Ilan Goldfajn é um competente e fecundante economista, hoje na diretoria do Banco Central do Brasil. Numa nota técnica (nº 25, julho de 2002), ele se aplica para responder à pergunta: existem razões para duvidar da sustentabilidade fiscal do Brasil? Sua resposta é um claro não! Se o país produzir um superávit primário de 3,75% (o estabelecido na última auditoria do FMI para o acordo ainda em andamento) a sustentabilidade está garantida.

Trata-se de um brilhante trabalho de tarometria, que projeta o desenrolar da economia brasileira até 2011. Ele é destinado a persuadir os céticos. Como o autor reconhece, "existe um grau considerável de subjetividade quando se analisa a sustentabilidade de uma economia real. Sempre pode escolher-se caminhos futuros suficientemente adversos para as variáveis relevantes: taxa de crescimento real do PIB, taxa de juros real e taxa de câmbio real. Isso conduzirá a diferentes avaliações da sustentabilidade". Corretamente, o autor insiste em que "os exercícios para testar a sustentabilidade devem focar-se nos cenários de médio e longo prazo".

No seu cenário básico o autor supõe que entre 2003 e 2011 teremos:

- 1) um crescimento anual do PIB de 3,5%;
- 2) uma taxa de juro real alta de 9%;
- 3) uma taxa de câmbio real estável;
- 4) um superávit primário estável de 3,75% do PIB, e
- 5) a incorporação final dos "esqueletos" até 2007.

Com essas hipóteses, a relação dívida líquida/PB cairia de 60% em 2002 para 48% em 2011, assegurando a sustentabilidade fiscal. Para inquietar-se o autor formula outro cenário (de "stress"), onde o crescimento é reduzido para 1,5% ao ano e o juro real é mantido em 11% (mais ou menos as condições deste ano), caso em que a relação dívida líquida/PIB avançaria de 60% em 2002 para 80% em 2011. E para tranquilizar-se, ele estima, subjetivamente, que a probabilidade de tal cenário é praticamente nula.

Temos a suspeita que o trabalho é vítima de uma "petitio principii": ele coloca como hipótese o que deve ser provado. Na verdade a probabilidade de

realização de qualquer um dos dois cenários é nula. As três variáveis críticas, o crescimento real do PIB, a taxa de juro real e a taxa de câmbio real são variáveis aleatórias cujas distribuições não tem a média, nem a variância constantes. Não é possível garantir "a priori" que a introdução desse fato nos cálculos produziria o mesmo resultado, ou seja, que os eventuais desvios se compensariam.

O que a experiência recente mostra é que o superávit primário de 3% do PIB exigido pelo acordo de 1998 com o FMI revelou-se incapaz de garantir a estabilidade da relação dívida líquida/PIB nos mágicos 50% de dezembro de 1999 e 2000. Ela se elevou a 53% em dezembro de 2001 e a 60% em 2002. Foi isso que exigiu o aumento do superávit para 3,75%, na auditoria do FMI realizada em julho deste ano.

O problema da tarometria é que ela sempre envolve a construção de cenários que revelam a preferência do pesquisador. Eles tendem a colocar o seu sentimento otimista ou pessimista nas hipóteses, o que implica o resultado desejado. Podemos discutir à vontade se a manutenção do superávit primário de 3,75% do PIB de 2002 a 2011 vai produzir, no final do período, uma relação dívida líquida/PIB de 48% ou de 80%. Só saberemos o que aconteceu quando 2011 deixar de ser futuro e transformar-se em passado. E ainda assim, com alguma dúvida, porque como disse o ilustre ministro Pedro Malan, "no Brasil até o passado é incerto".

A petição de princípio do trabalho é claramente revelada no seu resumo inicial, quando se diz que "os cálculos mostram que se um cenário adverso materializar-se no futuro, pode-se fazer correções na receita e nas despesas, graças à natureza da estrutura fiscal".

Por definição então, 3,75% é suficiente, mas inútil. Se podemos corrigir as receitas e as despesas, qualquer outro número serviria. É apenas por isso que se deve confiar na "sustentabilidade fiscal do Brasil".

Antonio Delfim Netto é deputado federal pelo PPB-SP, economista, professor

emerito da FEA-USP e ex-ministro da Fazenda. Escreve às terças-feiras

E-mail dep.delfimnetto@camara.gov.br